JSL ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A.

CNPJ/MF 01.852.137/0001-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações contábeis relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, da JSL Arrendamento Mercantil S/A, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A JSL Arrendamento Mercantil S/A iniciou suas operações em 13 de outubro de 2014, após a transferência de controle acionário para a JSL Holding Financeira Ltda, e, aprovação da estrutura organizacional implementada na Companhia, pelo Banco Central do Brasil, tendo como objetivo a pratica das operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral. A Companhia em conjunto com a cadeia de negócios da JSL S/A contribuirá com o processo de inclusão social do caminhoneiro e com o crescimento sustável do setor de transportes na economia brasileira.

O início das atividades da Companhia ocorreu dentro do cenário onde o volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional alcançou R$ 3,022 bilhões em dezembro, com expansão 11,3% no ano (comparativamente a 14,7%, em 2013 e 16,4% em 2012). Em 2014 o crédito registrou desaceleração, em linha com o arrefecimento do ritmo da atividade econômica, que afetou, principalmente, a demanda por operações com recursos livres pelas empresas e famílias.

O volume crédito do SFN destinado ao mercado de veículos (financiamento à aquisição e arrendamento mercantil), onde concentra-se o foco dos negócios da Companhia, alcançou R$ 212,7 bilhões, com redução de 4,7% no ano (comparativamente a redução de 0,5% em 2013), enquanto a produção (originação de novas operações) totalizou em 2014 R$ 119,0 bilhões, com evolução de 1,3% no ano (comparativamente a redução de 1% em 2013).

A indústria de fabricantes de veículos automotores em decorrência deste cenário apresentou redução na produção de veículos automotores, afetando dessa maneira, o não crescimento das operações de crédito e de arrendamento mercantil destinadas aos bens de sua produção.

Neste contexto o Total dos Ativos somava R$ 21,9 milhões, destacando-se R$ 6,0 milhões em Aplicações Financeiras de Liquidez, R$ 13,3 milhões em Títulos e Valores Mobiliários – Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e R$ 1,5 milhão em Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro, a valor presente.

As Demonstrações Financeiras da Companhia, em consonância com outras empresas do conglomerado JSL passaram a ser auditadas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a JSL Arrendamento Mercantil S/A no semestre não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

Barueri, 23 de março de 2015.

DIRETORIA

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2014	2013
Circulante		**19.457**	**8.387**
Disponibilidades		55	9
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	6.000	8.362
Aplic. em Operações Compromissadas - LFT		5.140	-
Aplic. em depósitos Interfinanceiros		860	8.362
Titulos e Valores Mobiliários	6	13.369	-
Titulos de renda fixa - LFT		13.369	-
Operações de arrendamento mercantil		(9)	-
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado	7	716	-
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear	7	(716)	-
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7d	(9)	-
Outros créditos		42	16
Diversos		42	16
Realizável a longo prazo		**425**	**-**
Operações de arrendamento mercantil	7	(13)	-
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado		1.472	-
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear		(1.472)	-
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7d	(13)	-
Outros créditos	8	438	-
Tributos diferidos		438	-
Permanente		**2.093**	**-**
Imobilizado de arrendamento	9	2.093	-
Bens arrendados	9	2.098	-
Superveniência de depreciação	9	183	-
Depreciação acumulada	9	(188)	-
Total do ativo		**21.975**	**8.387**

PASSIVO	Nota Explicativa	2014	2013
Circulante		**728**	**183**
Outras obrigações		728	183
Fiscais e previdenciárias	11a	247	161
Diversas	11b	481	22
Exigível a longo prazo		**633**	**-**
Outras obrigações		633	-
Fiscais e previdenciárias	11a	46	-
Diversas	11b	587	-
Patrimônio líquido		**20.614**	**8.204**
Capital de domiciliados no país	13a	20.000	7.000
Reservas de lucros	13c	618	1.204
Ajuste de avaliação patrimonial		(4)	-
Total do passivo		**21.975**	**8.387**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	2014	2º sem. 2014	Exercícios 2013
Receitas da intermediação financeira		**959**	**1.367**	**629**
Operações de arrendamento mercantil		220	220	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliarios	5 e 6	739	1.147	629
Despesas da intermediação financeira		**(210)**	**(210)**	**-**
Operações de arrendamento mercantil		(188)	(188)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7d	(22)	(22)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		**749**	**1.157**	**629**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(2.075)**	**(2.125)**	**(106)**
Receitas de prestação de serviços		7	7	-
Despesas de pessoal	15b	(888)	(888)	-
Outras despesas administrativas	15c	(1.142)	(1.173)	(77)
Despesas tributárias		(52)	(71)	(29)
Resultado operacional		**(1.326)**	**(968)**	**523**
Resultado não operacional		**(7)**	**(7)**	**-**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**(1.333)**	**(975)**	**523**
Imposto de renda e contribuição social	12	**519**	**390**	**(181)**
Imposto de renda		31	(45)	(104)
Contribuição social		53	-	(77)
Ativo fiscal diferido		435	435	-
(Prejuízo)/lucro		**(814)**	**(585)**	**342**
(Prejuízo)/lucro por ação em circulação - em R$ (Representado por 20 milhões de ações em 2014 - 7 milhões de ações em 2013)		(0,04)	(0,03)	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2014
(Em milhares de reais - R$)

	Capital Social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**7.000**	**501**	**361**	**-**	**-**	**7.862**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	341	341
Destinações:						
Reserva legal	-	18	-	-	(18)	-
Reserva estatuáaria de lucros	-	-	323	-	(323)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**7.000**	**519**	**684**	**-**	**-**	**8.203**
Ajuste de avaliação Patrimonial	-	-	-	(4)	-	(4)
Aumento de Capital	13.000	-	-	-	-	13.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(585)	(585)
Destinações:						
Reserva legal	-	11	-	-	(11)	-
Reversão de lucros	-	-	(596)	-	596	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**20.000**	**530**	**88**	**(4)**	**-**	**20.614**
Saldos em 30 de junho de 2014	**7.000**	**530**	**902**	**-**	**-**	**8.432**
Ajuste de avaliação Patrimonial	-	-	-	(4)	-	(4)
Aumento de Capital	13.000	-	-	-	-	13.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(814)	(814)
Destinações:						
Reserva legal						
Reversão de lucros	-	-	(814)	-	814	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**20.000**	**530**	**88**	**(4)**	**-**	**20.614**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Execícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	2º sem. 2014	Exercícios 2014	Exercícios 2013
Lucro Líquido ajustado		**(1.961)**	**(2.140)**	**342**
Resultado liquido do período		(814)	(585)	342
Ajustes ao lucro líquido				
Depreciações	7 e 9	188	188	-
Superveniência de depreciação	7 e 9	(183)	(183)	-
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	7d	22	22	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(435)	(435)	-
Rendas de Títulos e Valores Mobiliarios Disponíveis para Venda		(739)	(1.147)	-
Variações de ativos e obrigações		**4.602**	**4.370**	**(340)**
Variação de aplicação interfinanceira de liquidez		3.405	3.222	(309)
Variação de outros créditos		(26)	(26)	-
Variação de outras obrigações		1.237	1.198	151
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14)	(24)	(182)
Atividades operacionais - caixa líquido proveniente/ (aplicado)		**2.641**	**2.230**	**2**
Atividades de Investimentos				
Aquisição de TVM mantido até o vencimento		(12.634)	(12.226)	-
Aquisição de imobilizado de arrendamento líquido de depreciações		(2.098)	(2.098)	-
Atividades de investimentos - caixa líquido proveniente/ (aplicado)		**(14.732)**	**(14.324)**	**-**
Aumento de Capital	13	13.000	13.000	-
Caixa utilizado nas atividades de financiamento		**13.000**	**13.000**	**-**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		909	906	2
Caixa e equivalentes de caixa no início de período		6	9	7
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	915	915	9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	2º sem. 2014	Exercícios 2014	Exercícios 2013
Receitas		944	1.352	629
Intermediação Financeira	5 e 6	959	1.367	629
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7d	(22)	(22)	-
Outras		7	7	-
Insumos adquiridos de terceiros		**(450)**	**(481)**	**(70)**
Serviços de terceiros	15c	(399)	(402)	(24)
Outros		(51)	(79)	(46)
Valor adicionado bruto		**494**	**871**	**559**
Despesa de depreciação de bens arrendados		(188)	(188)	-
Valor adicionado líquido a distribuir		**306**	**683**	**559**
Valor adicionado total a distribuir		**306**	**683**	**559**
Distribuição do valor adicionado		**306**	**683**	**559**
Pessoal		1.167	1.167	-
Remuneração direta	15	1.082	1.082	-
Beneficios		43	43	-
Encargos sociais		42	42	-
Impostos, taxas e contribuições		(194)	(46)	217
Federais		(201)	(53)	217
Estaduais		5	5	-
Municipais		2	2	-
Aluguéis		147	147	-
Aluguéis	15c	147	147	-
Remuneração de capitais próprios		(814)	(585)	342
Lucro (Prejuízo) do Período		(814)	(585)	342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercicios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - Em abril de 2013 a Companhia firmou contrato vinculante de compra da BGN Leasing S.A – Arrendamento Mercantil, cujo fechamento da transferência do controle acionário ocorreu em 25 de julho de 2014. O início das operações de arrendamento ocorreu em 13 de outubro de 2014, após aprovação pelo Banco Central do Brasil, da estrutura organizacional implementada. Alterando sua denominação para JSL Arrendamento Mercantil S.A a "Companhia" tem como objetivo, a prática das operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral. A JSL Arrendamento Mercantil S/A, em conjunto com a cadeia de negócios da JSL S.A, contribuirá com o processo de inclusão social do caminhoneiro e com o crescimento sustentável do setor de transportes na economia brasileira. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 23 de março de 2015.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - As Demonstrações Contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões. Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação - Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/2008, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação original igual ou inferior a 90 dias, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **b) Moeda funcional e de apresentação -** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Companhia. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez -** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Títulos e Valores Mobiliários -** Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no balanço patrimonial conforme Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. Os títulos e valores mobiliários da Companhia são classificados na categoria de Títulos Disponíveis para Venda – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, "Ajustes da avaliação patrimonial". **e) Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido (VRG) -** Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil. A prática adotada acima difere das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que diz respeito ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN n° 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. **f) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa -** A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial da entidade. A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, administração, fluxo de caixa, pontualidade nos pagamentos, contingências, setor de atividade e garantias envolvidas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração da Companhia na determinação dos riscos de crédito. **g) Imobilizado de arrendamento -** É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, com amparo da Portaria nº 113/1988 do Ministério da Fazenda. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: caminhões, 25%; veículos e afins, 20%. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação descrita na nota 7. **h) Imposto de renda e contribuição social -** A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre lucros excedentes a R$ 120 mil no semestre e a contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973/2014, alterando a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941/2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil. A administração avaliou as alterações trazidas pela Lei 12.973/2014 e entende que as demonstrações contábeis da Companhia não sofreram impactos significativos. **i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos -** A Companhia avalia os ativos a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento, realizado semestralmente, submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos são avaliados, no mínimo, uma vez por ano. De acordo com a Resolução BACEN n° 3.566/08, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à data presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. **j) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias** - São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010, do BACEN. **I - Ativos e Passivos Contingentes -** Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. • Ativos Contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; • Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **II - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias** - Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão. Os exigíveis e os depósitos judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **k) Uso de estimativas -** A elaboração das demonstrações financeiras exige que a administração faça estimativas e estabeleça premissas que afetam os valores reportados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. **l) Apuração do resultado -** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério "pro rata temporis", substancialmente com base no método exponencial.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2014	31/122013
Disponibilidades em moeda nacional	55	9
Aplicações interfinanceiras de liquidez	860	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	**915**	**9**

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2014	31/12/2013
Operações compromissadas (a)	5.140	-
Depósitos interfinanceiros (b)	860	8.362
Total	**6.000**	**8.362**

(a) Em 31 de dezembro de 2014, está composto por aplicações compromissadas vinculadas a títulos públicos federais em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, remuneradas a uma taxa de 100% da Selic, tendo sido reconhecido no resultado do exercício receitas de juros no montante de R$ 153. (b) Os depósitos são remunerados a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, tendo sido reconhecido no resultado do exercício receitas de juros no montante de R$ 692 (R$ 629 em 2013).

6. TITULOS E VALORES MOBILIARIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Títulos Disponíveis para Venda:

Títulos Públicos – Letras Financeiras do Tesouro – LFT	31/12/2014	31/12/2013
Valor de Custo	13.375	-
Ajuste a mercado refletido no patrimônio liquido	(6)	-
Valor Contábil	**13.369**	**-**

Em 31 de dezembro de 2014, está composto por aplicações vinculadas a títulos públicos federais em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, com vencimento final em 01 de março de 2020, remuneradas a uma taxa de 100% da Selic, tendo sido reconhecido no resultado do exercício receitas de juros no montante de R$ 302. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros derivativos.

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - a) As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Arrendamentos a receber – setor privado	2.188	-
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(2.188)	-
Imobilizado de arrendamento (Nota 9)	2.098	-
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados	(5)	-
- Depreciações acumuladas	(188)	-
- Superveniência de depreciação (Nota 9)	183	-
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 11b)	(587)	-
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	**1.506**	**-**

b) Composição da carteira por nível de risco e faixa de vencimento:

					31/12/2014	31/12/2013
Rating	**AA**	**A**	**B**	**C**	**Total**	**Total**
Parcelas Vincendas						
01 a 60	-	16	83	25	124	-
61 a 90	-	7	40	13	60	-
91 a 180	-	17	116	36	169	-
181 a 360	-	37	181	66	284	-
Acima 360	-	179	409	281	869	-
Subtotal	**-**	**256**	**829**	**421**	**1.506**	**-**
Total Geral	**-**	**256**	**829**	**421**	**1.506**	**-**
PDD 2014	**-**	**1**	**8**	**13**	**22**	**-**
PDD 2013	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

c) Composição da carteira por Setor Econômico:

	31/12/2014 Valor	31/12/2014 %	31/12/2013 Valor	31/12/2013 %
Setor Privado				
Serviços:				
Transporte Terrestre	744	49,40	-	-
Pessoa Física:				
Pessoa Física	762	50,60	-	-
Total	**1.506**	**100,00**	**-**	**-**

d) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Saldo Inicial	**-**	-
Constituição	22	-
Saldo Final	**22**	**-**

e) Recuperação e Renegociação de Créditos - Nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não houve recuperação ou renegociação de créditos.

8. OUTROS CRÉDITOS

Tributos Diferidos - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2013	Realização /Reversão	Constituição	31/12/2014
Refletidas no Resultado	**-**	**-**	435	435
Prejuízos Fiscais e base negativa	-	-	426	426
Provisão para Créditos de Liquidação	-	-	9	9
Refletidas no Patrimônio Líquido – Ajustes de avaliação patrimonial	**-**	**-**	**3**	3
Títulos Disponíveis para venda	-	-	3	3
Total	**-**	**-**	**438**	**438**

A Companhia iniciou suas operações a partir de 13 de outubro de 2014, tendo constituído crédito tributário com expectativa de realização a partir de 2017. O valor presente calculado com base na Selic é de R$ 325.

9. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	31/12/2014	31/12/2013
Veículos e Afins	2.098	-
Depreciação	(188)	-
Superveniência de Depreciação	183	-
Total	**2.093**	**-**

A receita de superveniência de depreciação registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 183. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve registro de receita de superveniência de depreciação.

10. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS - A execução das atividades normais da Companhia acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue. • Ativos Contingentes – Não existem ativos contingentes contabilizados no período. • Passivos Contingentes – A provisão para contingencias será estabelecida por valores conhecidos, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instancias administrativas e judiciais, com base nas opiniões de nossos consultores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável. A Companhia não possui processos judiciais em aberto.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias:

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos e Contribuições a recolher	247	161
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	46	-
Total	**293**	**161**

b) Diversas:

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão Despesas de Pessoal	211	-
Credores Diversos País	120	-
Contas a pagar	120	-
Outras	150	22
Total Curto Prazo	**481**	**22**
Credores por antecipação VRG (Nota 7a)	587	-
Total Longo Prazo	587	-
Total Geral	**1.068**	**22**

12. TRIBUTOS - A Sociedade está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real, estando sua conciliação a seguir demonstrada:

	2014				2013	
Descrição	**Imposto de renda 2º semestre**	**Imposto de renda Exercício**	**Contribuição social 2º semestre**	**Contribuição social Exercício**	**Imposto de Renda**	**Contribuição social**
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(1.333)	(975)	(1.333)	(975)	523	523
Alíquota vigente	25%	25%	15%	15%	25%	15%
Expectativa de crédito (despesa) de acordo com a alíquota vigente	319	244	200	146	(106)	(78)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes no exercício:						
Outras diferenças	-	-	-	-	2	1
Total de Imposto de Renda e Contribuição social	**319**	**244**	**200**	**146**	**(104)**	**(77)**

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - Conforme Ata da AGE de 15/10/2014 foi deliberado o aumento de capital no montante de R$ 13.000.000,00. Em decorrência do mencionado aumento o capital social da Companhia é de R$ 20.000.000,00, dividido em 20.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (7.000.000 em dezembro 2013). **b) Destinação do Lucro -** Do lucro líquido apurado no final de cada período, 5% serão destinados para a constituição da reserva legal. Ao acionista é assegurado dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1%, no mínimo, do resultado no encerramento de cada exercício, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia. (Conforme AGO de 01/04/2014 foi deliberado a não distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2013).

c) Reservas

	31/12/2014	31/12/2013
Reservas de Lucros	**618**	**1.203**
Reserva Legal	530	519
Reserva Estatutária	88	684

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações:

a) Controlador Banco BGN S/A – até julho de 2014.

	2014 Ativo (passivo)	2013 Ativo (passivo)	2014 Receitas (despesas)	2013 Receitas (despesas)
Disponibilidades				
Banco BGN S/A	-	9	-	-
Depósitos interfinanceiros (100% CDI) Banco BGN S/A.	8.605	8.362	351	629

b) Controlador JSL Holding Financeira – Atual

	2014 Ativo (passivo)	2013 Ativo (passivo)	2014 Receitas (despesas)	2013 Receitas (despesas)
Comissões a Pagar				
JSL S/A	(2)	-	(2)	-

c) Remuneração do Pessoal Chave da Administração - De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração dos Administradores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, do período de setembro à dezembro houve gastos com remuneração aos Administradores no montante de R$ 552. (Não houve remuneração no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013).

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES - a) Benefícios Pós Emprego - Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

b) Despesas de Pessoal

	2º Semestre 2014	31/12/2014	31/12/2013
Proventos	530	530	-
Benefícios	43	43	-
Encargos sociais	315	315	-
Total	**888**	**888**	**-**

c) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre 2014	31/12/2014	31/12/2013
Alugueis	147	147	-
Serviços de terceiros – Proc. Dados	259	259	-
Serviços de terceiros – Tec.Especial	133	133	-
Serviços do sistema financeiro	13	13	-
Honorários da Diretoria (Nota 14c)	552	552	-
Outras	38	69	77
Total	**1.142**	**1.173**	**77**

d) Gerenciamento de Riscos - A gestão de risco é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno. O gerenciamento de risco é o processo onde: • São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações; • São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; • A carteira é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno. A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negóc

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas. **I - GERENCIAMENTO DE CAPITAL -** De acordo com a Resolução CMN nº 3.988/2011, a Gestão de Capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Companhia, na avaliação da necessidade de capital para fazer face às operações e aos riscos a que a Companhia está sujeita e atender as metas de crescimento das operações e a adequada manutenção da estrutura corporativa estabelecidas no planejamento estratégico. A estrutura de Gestão de Capital é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir e avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, observando as seguintes diretrizes: • Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos a que a Companhia está sujeita e os objetivos estratégicos estabelecidos; • Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares/legais e de mercado; • Manter um colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica da Companhia e financiar as oportunidades de crescimento; • Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores; • Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a Área de Controles e Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos. **II - GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL -** De acordo com a Resolução CMN nº 3.380/2006, define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno. A estrutura estabelecida para a Gestão de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, de acordo com as determinações estabelecidas pelos órgãos de supervisão. **III - GERENCIAMENTO DE RISCO DE MERCADO -** Define-se como Risco de Mercado, conforme a Resolução CMN nº 3.464/2007, a possibilidade de ocorrência de perdas advindas de oscilações de preços e taxas de mercado, além de ausência de liquidez de instrumentos financeiros, que impactem no valor de registro das posições detidas com exposição ao risco. À esta definição se inclui os riscos de operações sujeitas à variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). A Gestão do Risco de Mercado envolve a classificação das posições detidas pela Companhia em Carteira de Negociação ou Não-Negociação, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse, o back test do modelo de gestão adotado e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais. **IV - GERENCIAMENTO DE RISCO DE CRÉDITO -** De acordo com a Resolução CMN nº 3.721/2009, define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. As exposições ao risco de crédito devem ser monitoradas com eficácia, de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, acompanhar e avaliar a composição, a concentração dos riscos de crédito e a sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e a sua evolução, os níveis de atraso, renegociações, recuperações e provisionamentos. Todos os limites estabelecidos devem ser devidamente comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento. No sentido de atender as premissas da Companhia de maneira tempestiva, serão utilizados instrumentos de controle, tais como: Var da Carteira, Limite Máximo de Exposição ao Risco de Crédito por Grupo Econômico, Índice de Inadimplência, Provisão para Devedores Duvidosos, Classificação e Revisão Periódica de Clientes, Monitoramento de Exposição ao Risco de Crédito Indireto, Exposições sobre Estimativa de Valor de Mercado do Bem (Risco de Valor Residual), Monitoramento de Renegociações, Perdas e Recuperações de Crédito e Plano de Contingência. **V - GERENCIAMENTO DE RISCO DE LIQUIDEZ -** Define-se o Risco de Liquidez, de acordo com a Resolução CMN nº 4.090/2012, como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia adota um conjunto de medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma Política de Gestão de Caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, Fluxo de Caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos. **e) MEDIDA PROVISÓRIA 627/2013 -** Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973, objeto da conversão da Medida Provisória nº 627/2013, que dentre outras providencias: Altera a legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS, adaptando-a às normas contábeis pautadas nos padrões internacionais de contabilidade, com estabelecimento de ajustes para a apuração dos referidos tributos; revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. Com base na análise efetuada pela Administração em relação aos possíveis impactos tributários dos dispositivos da Lei 12.973/2014, a instituição optou pela aplicação das disposições contidas nos artigos 1º, 2º e 4º a 70 da citada Lei para o ano calendário de 2014, nos termos e condições estabelecidas na regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil. Ainda, foram avaliados os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973/2014 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 a serem reportadas.

Osmar Roncolato Pinho
Diretor Presidente

Izidoro José Polari Neto
Diretor

Gervanio Rocha Machado
Contador - CRC 1SP-114733/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e acionistas
JSL Arrendamento Mercantil S/A
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da JSL Arrendamento Mercantil S/A ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A instituição registra as operações e elabora suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem que o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como superveniência/insuficiência de depreciação (nota 3(f)). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei no. 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas/despesas de intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pela não reclassificação descrita no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JSL Arrendamento Mercantil S/A em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Informação complementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de fevereiro de 2014, sem ressalvas.

Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2013 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2013 tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Rui Borges
Contador CRC 1SP207135/O-2